

**RR 72.0691/2001.2 – 2ª Turma – DJU de 23.02.2007**

**PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. EMPRESA PRIVADA. RESERVA DE VAGA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Manifesta a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar ação civil pública visando garantir, com base no art. 93 da Lei nº 8.213/91, a tutela de interesses ou direitos transindividuais, de natureza indivisível, do qual são titulares deficientes protegidos pela mencionada Lei. Recurso de Revista conhecido e provido.

**RR 1.776/2003-003-06-40.9 – 6ª Turma – DJU de 14.09.2007**

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFEITOS DA SENTENÇA. ÂMBITO TERRITORIAL. DANO MORAL COLETIVO. INTERESSE DIFUSO. RESERVA DE QUOTAS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU REABILITADAS, NO PERCENTUAL DEFINIDO NA NORMA LEGAL.** A alegação do reclamado de que cumpriu a norma legal, que exige percentual de contratação de empregados reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, considerando o número de empregados em cada filial ou agência, **não condiz com o disposto na norma legal, que determina a apuração, para incidência do percentual, em relação ao número de empregados da empresa, e não em cada estabelecimento.** Confirmado o dano moral coletivo, é de se verificar os efeitos da decisão, que determinou obrigação de fazer, no caso de reserva de postos de trabalho, com o fim de contratação de trabalhadores portadores de deficiência habilitados e beneficiários da previdência social reabilitados, até atingir o percentual legal adequado ao número total de empregados da empresa, e de não dispensar tais empregados, sem a contratação de empregado substituto em situação análoga, além de penalidade pecuniária, com o fim de assegurar o cumprimento da lei, a ser revertida ao FAT, e indenização por dano moral coletivo, também a ser revertida ao FAT. **Apenas reforma-se a v. decisão, para adequá-la ao que dispõe o art. 16 da LACP, que embora confira efeitos erga omnes à sentença proferida em Ação Civil Pública, limita a abrangência competência territorial do órgão prolator da decisão. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido.**

06/05/2009

**JT determina que empresa de ônibus reserve vagas para deficientes**

A **Terceira Turma** do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Viação Nossa Senhora das Neves, de Minas Gerais, mantendo-se assim determinação da Justiça do Trabalho da 3ª Região (MG) que determinou à empresa a reserva de todos os postos de trabalho, gradativamente desocupados, a empregados portadores de deficiência física, mental ou sensorial até atingir 3% do total de trabalhadores. A cota é prevista no artigo 393 da Lei nº 8.213/1991.

**A decisão ocorreu em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais. Antes da propositura da ação civil, instaurou-se inquérito civil público a partir de denúncia do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Belo Horizonte. O MPT propôs um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mas a empresa discordou das condições propostas.**

Em novembro de 1996, o sindicato denunciou à Procuradoria Regional do Trabalho supostas irregularidades cometidas pela empresa, tanto em relação à CLT quanto aos instrumentos normativos. O MPT requisitou à Delegacia Regional do Trabalho/MG a fiscalização da empresa em aspectos como a jornada de trabalho, intervalos, repouso, recolhimento do FGTS e existência ou não do chamado “caixa dois”. A procuradora responsável solicitou a abertura de procedimento investigatório, para melhor instrução de denúncia nas questões de medicina e segurança do trabalho, instalações sanitárias e quanto ao cumprimento do disposto no artigo 393 da Lei nº 8.213/1991. O MPT ainda notificou a viação para efetivar, nos prazos legais, a instalação de cabines sanitárias para os empregados nos pontos finais do ônibus.

Em sua defesa, a empresa juntou fichas de documentos de empregados que seriam, segundo alegou, portadores de deficiência visual, entre eles um que usava de lentes de contato, e ainda declarou possuir 446 empregados. O MPT oficiou a Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência (CAAD), que, em parecer técnico, afirmou existir, na lista enviada pela empresa, somente dois empregados que poderiam ser enquadrados como portadores de deficiência, segundo os parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS).

**A Vara do Trabalho de Ribeirão das Neves (MG) condenou a viação a reservar, dali em diante, todos os postos de trabalho que viessem a ser abertos ou desocupados para trabalhadores reabilitados ou habilitados, por orientação do INSS ou de outra instituição, até o limite de 3%, sob pena de pagar multa de 2000 UFIRs. A sentença foi mantida pelo TRT/MG, mas a empresa, no recurso ao TST, afirmou que a imposição afrontava o princípio básico da liberdade de contratar e o exercício da propriedade da empresa, assegurados no artigo 5º, incisos XIII e**

## **XXII da Constituição.**

O ministro Alberto Bresciani, relator do recurso, rejeitou tais alegações e destacou que **os incisos XIII e XXII do artigo 5º da Constituição Federal devem ser examinados "levando-se em conta os fundamentos constitucionais da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho e da promoção do bem de todos"**. (RR-664850/2000.0)

**15/10/2009**

### **Cota de portadores de necessidades especiais: Ministério Público pode propor ação**

A **Quinta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho negou recurso de uma empresa contra decisão que a obrigara a admitir em seu quadro percentual específico de trabalhadores portadores de necessidades especiais, como determina a lei.

O processo originou-se quando o Ministério Público do Trabalho ingressou com ação civil pública contra a Localiza Rent Car, por descumprimento do artigo 93 da Lei nº 8.213/91, que obriga as empresas a contratar pessoas portadoras de necessidades especiais, segundo o quantitativo do quadro de pessoal. O MPT pediu a condenação da empresa para que, no prazo de um ano do início da ação, fizesse a contratação do percentual definida pela lei, sob pena de multa de R\$ 10 mil reais por vaga não preenchida no curso do prazo.

**O juiz da 9ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG) não reconheceu a responsabilidade da empresa pelo descumprimento da lei. O Ministério Público recorreu e obteve a reversão da sentença: o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) determinou que a empresa admitisse portadores de necessidades especiais em, pelo menos, metade das novas admissões, a partir de então.**

A empresa apelou ao TST, sustentando haver violação do inciso III, artigo 129, da Constituição Federal, e ilegitimidade do MPT para propor a ação – alegações que não foram acatadas pelo relator na Quinta Turma, ministro Brito Pereira, que rejeitou o recurso de revista. Em sua análise, **o Ministério Público atuou para assegurar o princípio constitucional de isonomia, promovendo a inserção no mercado de trabalho dos portadores de deficiência.** Após fundamentar seu voto com base em dispositivos constitucionais e na Lei Complementar 75/93, Brito Pereira apresentou outras decisões do TST em casos análogos, apontando para a legitimidade do MPT. (RR-1373/2003-009-03-00.0)

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESERVA DE COTAS. PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS.** A necessidade de reavaliar fatos e provas para se concluir pelo acerto ou desacerto do acórdão recorrido inviabiliza o apelo de natureza extraordinária (Súmula 126/TST). Recurso de revista inviável. Agravo de instrumento a que se nega provimento.

**RR 224600-17.2001.5.02.0057 – 1ª Turma, rel. min. Vieira de Mello Filho – Publicação: DEJT 03/09/2010**

**RECURSOS DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E DO BANCO-RECLAMADO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COISA JULGADA - EFEITOS - ART. 16 DA LEI Nº 7.347/85 - LIMITAÇÃO À COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO PROLATOR DA SENTENÇA – ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 130 DA SBDI-II DO TST – APLICAÇÃO - RESSALVA DE POSICIONAMENTO DESTE RELATOR.** A competência representa a parcela da jurisdição atribuída ao órgão julgador. Divide-se de acordo com três critérios: material, territorial e funcional. O critério territorial relaciona-se à extensão geográfica dentro da qual ao magistrado é possibilitado o exercício de sua função jurisdicional, e não se confunde com a abrangência subjetiva da coisa julgada, que depende dos sujeitos envolvidos no litígio (art. 472 do CPC). Em se tratando de demanda coletiva, que visa à defesa de direitos difusos, cujos titulares são pessoas indeterminadas ligadas por uma circunstância de fato (art. 81, parágrafo único, I, do CDC), os efeitos da coisa julgada serão *erga omnes* (art. 103, I, do mencionado diploma legal), sob pena de não se conferir a tutela adequada à situação trazida a exame do Poder Judiciário, em patente afronta à finalidade do sistema legal instituído pelas Leis nºs 7.347/85 e 8.078/90, qual seja a defesa molecular de interesses que suplantem a esfera juridicamente protegida de determinado indivíduo, por importarem, também, ao corpo social. Nessa senda, o art. 16 da Lei nº 7.347/85 (com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 9.494/97), ao limitar os efeitos da decisão proferida em ação civil pública à competência territorial do órgão prolator da sentença, confunde o mencionado instituto com os efeitos subjetivos da coisa julgada, por condicioná-los a contornos que não lhes dizem respeito. Entretanto, a jurisprudência do TST, por meio da Orientação Jurisprudencial nº 130 da SBDI-II, adotou a limitação contida no art. 16 da Lei nº 7.347/85, razão pela qual, por disciplina judiciária, deve ser aplicada à hipótese dos autos, na qual o 2º Tribunal Regional restringiu a eficácia de decisão proferida na presente ação civil pública ao Estado de São Paulo, dado o seu ajuizamento em uma das varas da capital. Recursos de revista não conhecidos.

**RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - ART. 93 DA LEI Nº 8.213/91 - RESTRIÇÃO AO PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR - QUOTA LIGADA AO NÚMERO DE EMPREGADOS DA EMPRESA.** O art. 93 da Lei nº 8.213/91, ao estabelecer restrição ao poder diretivo do empregador, no sentido de que a dispensa de empregados reabilitados e portadores de deficiência somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes, visou à proteção

do mercado de trabalho das pessoas que, em virtude de debilidade física, mental ou sensorial, possuam dificuldades de adquirir ou manter o seu posto de trabalho. Nessa senda, os percentuais estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do mencionado dispositivo de lei referem-se, conforme se denota de sua redação, a todos os empregados que prestam serviços ao empregador. Isso porque a lei, ao se utilizar do vocábulo “empresa” alude à atividade desenvolvida pelo tomador dos serviços, nos exatos termos do art. 966 do Código Civil, sob pena de se tornar ineficaz a prática afirmativa instituída pelo legislador ordinário, pois bastaria ao empresário distribuir seus empregados em estabelecimentos com menos de 100 trabalhadores, para que pudesse burlar o comando legal, em patente afronta aos arts. 3º, IV, e 7º, XXXI, da Carta Magna, que vedam o tratamento discriminatório em prejuízo do portador de deficiência. Precedentes do TST. Recurso de revista conhecido e provido.

**AIRR 53240-11.2005.5.05.0018 - Publicação: DEJT 29.04.2011**

**Relatora: Ministra Dora Maria da Costa**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. 1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INSERÇÃO DE PPDs NA ATIVIDADE PRODUTIVA. EXCLUSÃO DOS MOTORISTAS.** Não se verifica ofensa literal ao art. 93 da Lei nº 8.213/91, na forma preconizada na alínea c do art. 896 Consolidado, na medida em que **o comando legal reputado violado não estabeleceu nenhuma ressalva ou exceção acerca das funções existentes na empresa para compor o percentual dos cargos destinados à contratação de pessoas com deficiência**. **2. MULTA. OBRIGAÇÃO DE FAZER.** O Regional, ao manter a sentença que havia aplicado a multa por obrigação de fazer, mas reduzindo consideravelmente o respectivo montante, não resolveu a controvérsia pelo prisma dos arts. 5º, LIV, e 37, *caput*, da CF, de modo que incide sobre a hipótese o óbice da Súmula nº 297, I, do TST, por ausência de prequestionamento. **Agravo de instrumento conhecido e não provido.**

**AIRR 126700-44.2005.5.17.0132 - Publicação: DJE 09.09.2011**

**Relatora: Ministra Dora Maria da Costa**

**Agravante: União (PGFN)**

**Agravada: Viação Itapemirim S.A.**

**Agravado: Ministério Público do Trabalho da 17ª Região**

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CAUTELAR. AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA ADMINISTRATIVA. COTAS DESTINADAS A PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS. DESCUMPRIMENTO DO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/91.** O Regional, tendo em vista o **Termo de Ajuste de Conduta** firmado com o Ministério Público do Trabalho, **entendeu por afastar a validade do auto de infração lavrado em razão do suposto descumprimento da norma ínsita no art. 93 da Lei nº 8.213/91, porquanto expedido em desacordo com a necessária exclusão**

dos motoristas e trabalhadores sazonais da base de cálculo da quota legal e especialmente porque, feitas tais exclusões, as vagas restantes foram devidamente oferecidas aos portadores de deficiência, sem que se tenham apresentados candidatos aptos a preenchê-las. Incólume o art. 93 da Lei nº 8.213/91. **Agravo de instrumento conhecido e não provido.**

**Processo Nº RR-344700-80.2009.5.09.0071 - Publicação: DEJT 23.09.2011**

Relator: Sebastião Geraldo de Oliveira

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 9ª Região

Recorrida: Cooperativa Agroindustrial Consolata - Copacol

**DECISÃO:** , por unanimidade, conhecer do Recurso de Revista, e, no mérito, dar provimento ao Recurso para reconhecer que não houve suficiente empenho da empresa na tentativa de cumprir as exigências mínimas determinadas pelo art. 93, da Lei n.º 8.213/91, caracterizando a conduta discriminatória, e determinar o retorno dos autos à Vara de origem para que julgue os pedidos como entender de direito.

**EMENTA:** RECURSO DE REVISTA. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. RESERVA LEGAL. IMPOSSIBILIDADE TOTAL DE CUMPRIMENTO DO ART. 93 DA LEI N.º 8.213/91 NÃO DEMONSTRADA. CONDOTA DISCRIMINATÓRIA CONFIGURADA. Eventual exclusão da obrigação de preenchimento de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência só se justificaria ante à impossibilidade total da empresa em contratar empregados que se enquadrem como reabilitados ou portadores de deficiência. O que não restou demonstrado, já que a diminuição no número de deficientes contratados e o estabelecimento de exigências mínimas para contratação de deficientes demonstra conduta discriminatória da empresa. Recurso de Revista conhecido e provido.

**RR 9890600-28.2005.5.09.0001 - Publicação: DEJT 16.12.2011**

Relator: Min. Pedro Paulo Manus

Recorrente: Incepa Revestimentos Cerâmicos Ltda.

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 9ª Região

Recorridos: Os Mesmos

**DECISÃO:** , por unanimidade, não conhecer dos recursos de revista.

**EMENTA:** RECURSO DE REVISTA DA RÉ. NULIDADE DO ACÓRDÃO POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Uma vez que houve a devida fundamentação da matéria, não se deve falar em ausência de tutela, mas em inconformismo da parte com a decisão regional que foi contrária aos

seus interesses. Violação dos arts. 93, IX, da Constituição Federal, 458 do CPC e 832 da CLT não configurada.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MULTA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PREENCHIMENTO DA COTA SOCIAL. CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/91.** O TRT da 9ª Região, ao impor à recorrente a manutenção do número de vagas destinadas ao deficiente físico ou reabilitado profissionalmente, condicionando sua despedida a contratação de substituto em condição análoga, para que se efetive e mantenha hígido o postulado constitucional voltado à busca de uma sociedade mais justa e solidária (art. 3º, I, da CF), o fez em consonância com o disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/91 e aos comandos constitucionais de respeito à dignidade da pessoa humana e de valorização social do trabalho e da livre iniciativa, além de outorgar segurança jurídica (Constituição Federal, arts. 1º, III e IV, 7º, 170, VIII e 193).

**DANO MORAL COLETIVO. PREENCHIMENTO DA COTA SOCIAL. DISCRIMINAÇÃO RELATIVA A SEXO, IDADE E TIPO DE DEFICIÊNCIA.** A reparação por dano moral coletivo visa a inibição de conduta ilícita da empresa e atua como caráter pedagógico, para que o ofensor não mais venha a incorrer em transgressão ao ordenamento jurídico vigente. Na hipótese, o Tribunal Regional, com base no conteúdo fático probatório, registrou que a ré retardou o cumprimento da cota social (art. 93 da Lei nº 8.213/91), bem como formulou ofertas de emprego com inserção de requisitos discriminatórios referentes a sexo, idade e tipo de deficiência, criando óbice a determinados indivíduos que, por critérios vis, ficaram excluídos da obtenção de emprego perante a empresa. Concluiu, assim, ser negável a existência de dano decorrente da violação a direitos e princípios constitucionais, atentando a ré contra postulados fundamentais exortados na Lei Maior, a garantia à dignidade da pessoa humana, ao valor social do trabalho, à igualdade, à não-discriminação e à busca do pleno emprego (arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, caput e I, 7º, XXX e 170, VII e VIII). Dessa conclusão, inequivocamente deriva a ocorrência de dano moral coletivo e, por consequência, o surgimento da obrigação de repará-lo. Não se trata, pois, de condenação desprovida de prova ou de condenação a reparar dano presumido, porquanto este se evidencia pelo próprio fato violador, sendo razoável, pois, o a valor arbitrado à indenização (R\$25.000,00 - vinte e cinco mil reais). Vale ressaltar, que a reclamada pugna para que seja reduzido o valor da indenização para R\$5.000,00 (cinco mil reais), mas não traz fundamentos específicos para embasar o seu pedido. Não se vislumbra, pois, afronta aos arts. 5º, V, da Constituição Federal e 186, 927 e 944 do Código Civil. Recurso de revista da ré de que não se conhece.

**RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. TUTELA INIBITÓRIA.** Dos elementos fáticos consignados no acórdão recorrido, tem-se que a empresa, a partir de agosto de 2003, deixou de usar os formulários da APAE para a seleção de candidatos, os quais contemplavam campos de preenchimento solicitando a opção por preferência de deficiência, sexo e faixa etária. Diante dessa premissa, entendeu a Corte *a quo* que não se justificaria a tutela inibitória postulada pelo Ministério Público, já que a ré não mais se utiliza de critérios discriminatórios. A tutela inibitória exige elementos que demonstrem, com alguma segurança, que o ilícito está prestes a se repetir/continuar, e, na hipótese, não foram colhidos elementos de tal tipo, que permitam vislumbrar a necessidade da condenação almejada.

Violação dos arts. 5º, XXXV, da Constituição Federal; 461 do CPC; 84 do CDC e 11 da Lei nº 7.347/85 não configurada. Recurso de revista do Ministério Público do Trabalho de que não se conhece.

**AIRR 110000-96.2006.5.17.0151 – Disponibilização: DEJT 06.06.2012**

Relator: Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos

Agravante: Samarco Mineração S.A.

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 17ª Região

#### **AGRAVO DE INSTRUMENTO.**

##### **1. PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.**

Sendo a prova destinada ao juiz, nada obsta que dispense a sua produção ou indefira diligência que considere desnecessárias à solução da lide e à formação do seu convencimento, como lhe autoriza o artigo 130 do CPC. Nesse aspecto, a decisão que indefere a produção de prova pericial, porque inútil à solução da lide e ao convencimento do Juízo, não viola a garantia de defesa prevista no artigo 5º, LV, da Constituição Federal.

**2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUOTAS DE EMPREGO DESTINADAS A DEFICIENTES E REABILITADOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. NÃO PROVIMENTO.** O Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para propor ação civil pública visando à contratação de portadores de deficiência ou reabilitados, dentro da quota prevista no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991. Precedentes de Turma.

**3. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL DA VARA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 297. NÃO PROVIMENTO.** O prequestionamento da matéria constitui pressuposto de admissibilidade do recurso de natureza extraordinária, mesmo tratando-se de incompetência absoluta do juízo. Inteligência da Orientação Jurisprudencial nº 62 da SBDI-1. Assim, não tendo sido prequestionada questão atinente à incompetência territorial da vara do trabalho, o processamento do recurso de revista encontra obstáculo na Súmula nº 297.

**4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUOTA DE EMPREGO DESTINADA A DEFICIENTES E A REABILITADOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 93 DA LEI Nº 8.213/1991. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO.** O artigo 93 da Lei nº 8.213/1991 estabelece que a empresa que possui cem ou mais empregados está obrigada a disponibilizar quotas de emprego aos portadores de deficiência ou a beneficiários reabilitados. Desse modo, irretocável a decisão regional que, em consonância com o mencionado dispositivo, determina a empresa demandada por ação civil pública que efetue as contratações que lhe foram impostas por lei.

**5. Agravo de instrumento a que se nega provimento.**



**RR 65600-21.2005.5.01.0072 – Publicação: DEJT 22.06.2012**

Relator: Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Recorrente: Fininvest Negócios de Varejo S.A.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 1ª Região

**DECISÃO:** , por unanimidade, conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "Coisa Julgada - Eficácia - Limites", por divergência jurisprudencial, e, no mérito, negar-lhe provimento, com a ressalva do entendimento do Min. Fernando Eizo Ono no tocante à aplicação do art. 16 da Lei nº 7.347/85.

**RECURSO DE REVISTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PERANTE A 72ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - DEFESA DE DIREITO DIFUSO - DANO NACIONAL - COISA JULGADA - EFEITOS - INCONGRUÊNCIA DA LIMITAÇÃO DA COISA JULGADA À COMPETÊNCIA TERRITORIAL - NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 16 DA LEI Nº 7.347/85.** A competência representa a parcela da jurisdição atribuída ao órgão julgador. Divide-se de acordo com três critérios: material, territorial e funcional. O critério territorial relaciona-se à extensão geográfica dentro da qual ao magistrado é possibilitado o exercício de sua função jurisdicional, e não se confunde com a abrangência subjetiva da coisa julgada, que depende dos sujeitos envolvidos no litígio (art. 472 do CPC). Em se tratando de demanda coletiva, que visa à defesa de direitos difusos, cujos titulares são pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato, e que titularizam direitos transindividuais indivisíveis (art. 81, parágrafo único, I, do CDC), os efeitos da coisa julgada serão *erga omnes* (art. 103, I, do mencionado diploma legal), sob pena de não se conferir a tutela adequada à situação trazida a exame do Poder Judiciário, em patente afronta à finalidade do sistema legal instituído pelas Leis nºs 7.347/85 e 8.078/90, qual seja a defesa molecular de interesses que suplantem a esfera juridicamente protegida de determinado indivíduo, por importarem, também, ao corpo social. Nessa senda, o art. 16 da Lei nº 7.347/85 (com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 9.494/97), ao limitar os efeitos da decisão proferida em ação civil pública à competência territorial do órgão prolator da sentença, confunde o mencionado instituto com os efeitos subjetivos da coisa julgada, por condicioná-los a contornos que não lhes dizem respeito. Portanto, em se tratando de ação civil pública decorrente da violação de direito difuso - observância da cota de pessoas portadoras de deficiência prevista no art. 93 da Lei nº 8.231/91 -, em que são postuladas indenização por dano moral coletivo e imputação à ré de cumprimento de obrigação de fazer nos seus estabelecimentos espalhados pelo país, a coisa julgada produzida nessa demanda, ajuizada perante a 72ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, como ato de soberania do Estado que é, possui eficácia *erga omnes* (art. 103, I, do CDC) em todo o território nacional. Recurso de revista conhecido e desprovido.

**INDENIZAÇÃO POR DANO IMATERIAL COLETIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL - EVOLUÇÃO JURÍDICA - DESENVOLVIMENTO DE CATEGORIAS APTAS A LIDAR COM VIOLAÇÕES DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS – REPARAÇÃO DE LESÃO OFENSIVA AOS VALORES FUNDANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - NÃO PREENCHIMENTO DAS VAGAS RESERVADAS**

**PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - ART. 93 DA LEI Nº 8.213/91 - OFENSA A DIREITO DIFUSO - DIREITO FUNDAMENTAL À IGUALDADE MATERIAL - EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.** A evolução das concepções jurídicas acerca da responsabilidade civil, que caminha desde o reconhecimento restrito do dano material, passando pela admissibilidade do dano moral individual, até o reconhecimento, à luz dos marcos da Constituição Federal de 1988, da necessidade de reparação da coletividade, quando atingidos, por meio de conduta ilícita, valores assentados na Carta de 1988 e que detém titularidade transindividual, torna imperativa a afirmação do direito à reparação por dano imaterial coletivo, que, de forma tecnicamente inadequada vem sendo denominado dano moral coletivo. É importante que se ressalte que, assim como a denominação, que se refere aos direitos de natureza individual, os pressupostos para o reconhecimento da responsabilidade em razão dessa espécie de dano são diversos, revelando a insuficiência dos paradigmas do direito liberal clássico para lidar com as novas categorias jurídicas transindividuais. Nesse contexto, resulta incabível perquirir, na conduta da ré no caso concreto, a existência de incômodo moral com gravidade suficiente a atingir não apenas o patrimônio jurídico dos trabalhadores envolvidos, mas o patrimônio de toda a coletividade. O que releva investigar, no caso em tela, é a gravidade da violação infligida pela ré à ordem jurídica. A coletividade é tida por ofendida, imaterialmente, a partir do fato objetivo da violação da ordem jurídica. Assim, verificado nos autos que a ré, não obstante instada pelo Ministério Público do Trabalho a firmar termo de ajuste de conduta, resistiu por quatro anos em não cumprir a cota de portadores de deficiência prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/91, descumprindo, injustificadamente, norma garantidora do princípio da igualdade material e da não discriminação das pessoas portadoras de necessidades especiais e, por conseguinte, furtando-se à concretização de sua função social, é devida a reparação da coletividade pela ofensa aos valores constitucionais fundamentais. Recurso de revista não conhecido.

**RR 142500-89.2007.5.18.0011 – Publicação: DEJT 09.11.2012**

Relator: Min. Augusto César Leite de Carvalho

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Recorrida: J. CÂMARA & IRMÃOS S.A.

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. CONTRATAÇÃO SOB A ÉGIDE DA REDAÇÃO ANTERIOR DO DECRETO 3.289/1999. COTA LEGAL. NOVOS CRITÉRIOS DE DEFICIÊNCIA ESTABELECIDOS PELO DECRETO 5.296/2004.** A alteração em uma função fisiológica, seja ela de que grau for - leve, moderado ou grave -, difere do padrão considerado normal do ser humano, de modo que, se enquadrada nestas condições, a pessoa está amparada pela política pública de integração do portador de deficiência a atrair a aplicação da norma de proteção à acessibilidade e inclusão no mercado de trabalho. Essa é a *ratio* do Decreto 3.298/1999, independentemente de posterior modificação nos critérios definidores da deficiência auditiva para fins da referida lei. Dessa forma, se os parâmetros postos na norma anterior foram devidamente cumpridos

pela empresa, na contratação de pessoas portadoras de deficiência quando ainda em vigência a regra antiga, não há como deixar de se reconhecer o preenchimento da cota legal e sua regular observância, notadamente quando atestada tal regularidade pelo órgão competente fiscalizador do cumprimento da política pública de integração do portador de deficiência, como dispõe o § 5º do aludido artigo 36 do Decreto 3.298/1999. Não se está perpetrando absurdo quando se conclui por configurado ato jurídico perfeito, em face da contratação de trabalhadores enquadrados como deficientes auditivos quando ainda em vigor a antiga redação do Decreto 3.298/99 e preenchimento pela empresa da cota legal, porque respaldado na segurança jurídica, boa-fé e finalidade social do contrato. Recurso de revista conhecido e desprovido.